



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.302/2024, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA VIVA, DESTINADA A PROMOVER A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DA CULTURA E O ACESSO AOS DIREITOS CULTURAIS DOS DIFERENTES GRUPOS E COLETIVOS, RECONHECER MESTRES E MESTRAS DOS SABERES E FAZERES DAS CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Esta Lei institui a Política Municipal de Cultura Viva, em conformidade com as Leis Federais nº 13.018/2014 e nº 14.903/2024, a Lei Estadual nº 16.602, DE 05.07.18 (D.O. 05.07.18) e suas respectivas alterações, tendo como base a parceria do Município com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

Art. 2º. São objetivos da Política Municipal de Cultura Viva:

- I– Garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos quixeramobinenses, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;
- II– Estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;
- III– Promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;
- IV– Consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;
- V– Garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;
- VI– Estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento do Município com recursos de origem própria, estadual, federal ou de quaisquer outros organismos nacionais ou internacionais, conforme legislação vigente;
- VII– Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- VIII – Potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

IX– Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.

Art. 3º. A Política Municipal de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA VIVA

Art. 4º. A Política Municipal de Cultura Viva compreende os seguintes instrumentos:

I - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT) ou outro órgão competente do Poder Executivo Municipal, como órgão gestor responsável pela execução da Política Municipal de Cultura Viva no município;

II - Conselho Municipal de Política Cultural ou Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva que poderá ser criado pela SMCT ou outro órgão municipal competente, para apoio na execução da Política Municipal de Cultura Viva no município;

III - Pontos de cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;

IV - Pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas;

V - Cadastro municipal de pontos e pontões de cultura: espelhamento do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura instituído pela Lei Federal nº 13.018/2014 e integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura.

VII - Certificação simplificada de Pontos e Pontões de Cultura, concedida pelo órgão público municipal competente em cooperação com o Conselho Municipal de Política Cultural ou Comitê Gestor;

VIII - Certificação simplificada de mestras e mestres dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, aprovada pelo Comitê Gestor da PMCV e concedida pelo órgão público municipal competente em cooperação com o Conselho Municipal de Política Cultural ou Comitê Gestor;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

IX - Termo de Compromisso Cultural: instrumento jurídico de pactuação entre a Prefeitura Municipal e Pontos e Pontões de cultura que estabelecerá as condições para transferência de recursos.

§ 1º Os pontos e pontões de cultura constituem elos entre a sociedade e o Estado, com o objetivo de desenvolver ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, do protagonismo e da capacitação social das comunidades locais.

§ 2º As entidades juridicamente constituídas serão beneficiárias de premiação de iniciativas culturais ou de modalidade específica de transferência de recursos prevista nos arts. 8º e 9º desta Lei.

§ 3º Os pontos e pontões de cultura poderão estabelecer parceria e intercâmbio com as escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior, do ensino técnico e com entidades de pesquisa e extensão do município de Quixeramobim/CE e região.

§ 4º Para ser considerado Ponto ou Pontão de Cultura e compor a Política Municipal de Cultura Viva, o Grupo, Coletivo ou Entidade de cultura deverá comprovar 2 (dois) anos de atividades culturais nas comunidades em que se inserem, cumprir as condições determinadas nesta lei, solicitar o ingresso no Cadastro da Política Municipal de Cultura Viva para ter sua solicitação avaliada, aprovada e certificada pelo órgão público municipal competente em cooperação com o Conselho Municipal de Políticas Culturais ou Comitê Gestor, de acordo com critérios previamente definidos.

§ 5º A certificação simplificada prevista nos incisos VII e VIII deste artigo deverá considerar a identificação das entidades e indivíduos e seu histórico nas áreas de cultura, educação e/ou cidadania no município de Quixeramobim/CE.

§ 6º Para recebimento de recursos públicos, os pontos e pontões de cultura serão selecionados por edital público.

§ 7º Serão considerados Grupos, Coletivos ou Instituições da Cultura Popular e Tradicional, aqueles que promovam, valorizem e fortaleçam expressões e manifestações da cultura popular ou tradicional sediados na cidade de Quixeramobim/CE.

§ 8º Será considerado Mestra e Mestre a pessoa de grande experiência e conhecimento dos saberes e fazeres populares, residente ou domiciliado na cidade de Quixeramobim/CE e que se reconheça e/ou seja reconhecida por sua própria comunidade como herdeira dos saberes e fazeres da cultura popular que pelo poder da palavra, da imagem, da oralidade, da corporeidade e da vivência, dialoguem, aprendam, ensinem e tornem-se a memória viva e afetiva da tradição popular, transmitindo saberes e fazerem culturais de geração a geração, garantindo a ancestralidade e identidade do seu povo.

§ 9º O Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, quando da sua criação pelo órgão público municipal competente, será composto de forma paritária por representantes titulares e suplentes do Poder Público e da Sociedade Civil.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º. Visando ao desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade, são ações estruturantes da Política Municipal de Cultura Viva:

- I** - Intercâmbio e residências artístico-culturais;
- II** - Cultura, comunicação e mídia livre;
- III** - Cultura e educação;
- IV** - Cultura e saúde;
- V** - Conhecimentos tradicionais;
- VI** - Cultura digital;
- VII** - Cultura e direitos humanos;
- VIII** - Economia criativa e solidária;
- IX** - Livro, leitura e literatura;
- X** - Memória e patrimônio cultural;
- XI** - Cultura e meio ambiente;
- XII** - Cultura e juventude;
- XIII** - Cultura, infância e adolescência;
- XIV** - Agente cultura viva;
- XV** - Cultura circense;
- XVI** - Outras ações que vierem a ser definidas em regulamentação pelo órgão gestor da Política Municipal de Cultura Viva.

Art. 6º. Para fins da Política Municipal de Cultura Viva, consideram-se objetivos dos:

- I** - Pontos de cultura:
 - a)** Potencializar iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração;
 - b)** Promover, ampliar e garantir a criação e a produção artística e cultural;
 - c)** Incentivar a preservação da cultura brasileira;
 - d)** Estimular a exploração de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural;
 - d)** Aumentar a visibilidade das diversas iniciativas culturais;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- e) Promover a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais;
- f) Garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- g) Assegurar a inclusão cultural da população idosa;
- h) Contribuir para o fortalecimento da autonomia social das comunidades;
- i) Promover o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade;
- j) Estimular a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação;
- l) Adotar princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado;
- m) Fomentar as economias solidária e criativa;
- n) Proteger o patrimônio cultural material e imaterial;
- o) Apoiar e incentivar manifestações culturais populares;

II - Pontões de cultura:

- a) Promover a articulação entre os pontos de cultura;
- b) Formar redes de capacitação e de mobilização;
- c) Desenvolver programação integrada entre pontos de cultura por região;
- d) Desenvolver, acompanhar e articular atividades culturais em parceria com as redes temáticas de cidadania e de diversidade cultural e/ou com os pontos de cultura;
- e) Atuar em regiões com pouca densidade de pontos de cultura para reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos grupos e instituições locais;
- f) Realizar, de forma participativa, levantamento de informações sobre equipamentos, produtos e serviços culturais locais, para dinamizar atuação integrada com os circuitos culturais que os pontos de cultura mobilizam.

Art. 7º. Para fins da Política Municipal de Cultura Viva, serão reconhecidos como pontos e pontões de cultura os grupos e entidades que priorizem:

- I- Promoção de cidadania e de uma cultura de paz por intermédio de ações culturais nas comunidades locais;
- II- Valorização da diversidade cultural e regional brasileira;
- III - Democratização das ações e bens culturais;
- IV- Fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos socioculturais que dialoguem com a comunidade local;
- V- Reconhecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das populações indígenas e das comunidades rurais, tradicionais, quilombolas e itinerantes;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

VI- Valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;

VII - Incorporação dos jovens ao mundo do trabalho cultural;

VIII- Inclusão cultural da população idosa por meio da promoção do acesso desse grupo às manifestações de cultura, da oferta de oportunidades para a sua participação ativa nas diversas formas de manifestação artística e do estímulo ao convívio social em ambientes culturais;

IX- Capacitação e formação continuada dos trabalhadores da cultura;

X- Promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão culturais;

XI- Fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para capacitação, planejamento e gestão dos pontos de cultura.

§ 1º O reconhecimento dos grupos, coletivos e núcleos sociais comunitários como pontos de cultura para efeitos desta Lei será efetuado exclusivamente pelo município de Quixeramobim/CE ou outro órgão equivalente responsável pelo Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

§ 2º O reconhecimento de indivíduos como mestres e mestras da cultura popular e tradicional para efeitos desta Lei será efetuado por indicação de terceiros ou autodeclaração, a qualquer tempo, e deverá ser avaliada, aprovada e certificada pelo órgão público municipal competente em cooperação com o Conselho Municipal de Políticas Culturais ou Comitê Gestor.

§ 3º É vedada a habilitação como pontos e pontões de cultura de pessoas físicas, instituições com fins lucrativos, fundações e institutos criados ou mantidos por empresas, grupos de empresas ou serviços sociais.

Art. 8º. A Política Municipal de Cultura Viva é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo ou de outro órgão competente que a equivaler, bem como deverá conter acompanhamento de todos os demais integrantes do Sistema Municipal de Cultura.

§ 1º A Secretaria Municipal da Cultura e Turismo ou outro órgão competente equivalente, disporá sobre os critérios gerais de distribuição e destinação dos recursos, com atenção especial aos custos diferenciados das regiões do Município, e os procedimentos operacionais para elaboração e divulgação das prestações de contas, que serão simplificadas e essencialmente fundamentadas nos resultados previstos nos editais.

§ 2º Poderão ser beneficiadas entidades integrantes do Cadastro Municipal de Pontos e Pontões de Cultura, nos termos dos planos de trabalho por elas apresentados, que se enquadrem nos critérios gerais de distribuição e destinação dos recursos de que trata o § 2º deste artigo.

§ 3º Nos processos municipais de seleção, é vedada a participação de pontos e pontões de cultura de instituições que:

I - Estejam inadimplentes com a Fazenda Pública Municipal;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

II - Estejam inadimplentes com a prestação de contas de projeto cultural anterior;

III - Não tenham domicílio no município de Quixeramobim.

CAPÍTULO IV
DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL (TCC)

Art. 9º. Por meio da Secretaria da Cultura, fica autorizada a transferência, por meio de edital público, de recursos financeiros às entidades culturais classificadas como Pontos ou Pontões de Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro às ações da Política Estadual Cultura Viva.

§ 1º O fomento poderá se dar mediante premiação de iniciativas, termos de compromisso cultural ou outra modalidade específica de transferência de recursos, com fundamento nesta Lei e em seu regulamento.

§ 2º O Termo de Compromisso Cultural deverá conter identificação e delimitação das ações a serem financiadas, as metas, o cronograma de execução físico-financeira e a previsão de início e término das ações ou das fases programadas.

CAPÍTULO V
DA DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Art. 10º. O Município, através de recursos próprios ou de repasses de outros entes federativos ou outros organismos, é autorizado a transferir de forma direta os recursos às entidades culturais integrantes do Cadastro Municipal de Pontos e Pontões de Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações da Política Municipal de Cultura Viva, integrante da Rede Cultura Viva em âmbito estadual e nacional.

§ 1º A transferência dos recursos de que trata o caput ficará condicionada ao cumprimento de Termo de Compromisso Cultural, que deverá conter a identificação e a delimitação das ações a serem financiadas, as metas, o cronograma de execução físico-financeira e a previsão de início e término da execução das ações ou das fases programadas.

§ 2º No caso da transferência de recursos de que trata o caput, os recursos financeiros serão liberados mediante depósito em contas correntes específicas abertas e mantidas exclusivamente para este fim.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização de competência dos órgãos de controle interno e externo, a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo ou outro órgão gestor de cultura equivalente, regulamentará as regras de cumprimento do Termo de Compromisso Cultural de que trata este artigo e de prestação de contas simplificada conforme estabelecido no §1º do art. 8º desta Lei.

Art. 11º. Os editais de Chamamento Público da Política Municipal de Cultura Viva seguirão modelos a serem elaborados em consonância entre o órgão público municipal competente e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Conselho Municipal de Política Cultural ou Comitê Gestor, e disponibilizados em sítio eletrônico com as especificações necessárias para participação.

Art. 12º. Não serão certificados como Pontos de Cultura:

- I – Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
- II – Pessoas jurídicas com fins econômicos;
- III – Pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos criadas ou mantidas por empresas ou grupos de empresas; ou
- IV – entidades paraestatais integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros).

Art. 13º. Os Pontos de Cultura deverão manter seus dados cadastrais atualizados, atendendo à chamada anual de atualização de dados.

Parágrafo único. Os Pontos de Cultura que não responderem ao chamado de atualização de informações cadastrais no prazo estabelecido receberão notificação de advertência e terão 90 (noventa) dias para resposta, sob pena de suspensão da certificação até a regularização da situação.

Art. 14º. A certificação como Ponto de Cultura será por prazo indeterminado, salvo ocorrida alguma das hipóteses de cancelamento.

Art. 15º. O Ponto de Cultura poderá ter sua certificação cancelada nas seguintes hipóteses:

- I – Por iniciativa própria, encaminhada formalmente à administração pública;
- II – Se for comprovado, a qualquer momento, o descumprimento, pelo Ponto de Cultura, de qualquer dos dispositivos desta Lei;
- III – Se for constatada, a qualquer tempo, falsidade em qualquer documento ou informação apresentada; ou
- IV – Se estiver com a respectiva certificação suspensa por mais de 3 (três) anos.

§ 1º Nos casos a que se refere este artigo, serão abertos processos administrativos específicos para analisar o caso, sendo garantidos o direito à ampla defesa e ao contraditório da entidade ou coletivo cultural.

§ 2º A perda da certificação como Ponto de Cultura gera, automaticamente, a perda da classificação como Pontão de Cultura.

Art. 16º. O ingresso no Cadastro da Política Estadual Cultura Viva não garante, por si só, o acesso a recursos públicos.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 17º. A Secretaria da Cultura deverá apresentar, anualmente, para o Conselho Municipal de Cultura uma avaliação das metas e investimentos do corrente ano e o plano de metas e investimentos a serem destinados à Política Municipal de Cultura Viva no ano seguinte, se houver.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º. O Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 19º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotação orçamentária própria, suplementada se necessário, quando previstas pelo Executivo na Lei Orçamentária Anual.

Art. 20º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim/CE, 19 de dezembro de 2024.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 069/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei nº 3.302/2024, de 19 de dezembro de 2024.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 19 de dezembro de 2024.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei nº 3.302/2024, de 19 de dezembro de 2024, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação nº 069/024. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 19 de dezembro de 2024.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal